

PROJETO LEI Nº072/2025

ALTERA A LEI 2.590/2025

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 2.590, de 23 de janeiro de 2025 passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 6º.....

§ 1º Os cargos em comissão criados pela presente lei terão carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exceto o cargo de Monitor Cívico-Militar, que terá carga horária de 20 (vinte) horas.

.....

§ 9º Os cargos em comissão criados são dispostos abaixo com número de vagas e valor absoluto expresso em reais, que serão corrigidos anualmente no mesmo índice de majoração salarial:

Denominação Funcional	Nº de cargos	Salário Bruto
Secretário Municipal	8	Definido em lei específica
Chefe de Gabinete	1	R\$ 7.700,00
Assessor Jurídico	1	R\$ 7.700,00
Diretor de Planejamento	1	R\$ 7.700,00
Diretor de Infraestrutura	1	R\$ 5.600,00
Diretor Geral	8	R\$ 4.800,00
Coordenador Desportivo	1	R\$ 3.360,00
Diretor Administrativo	1	R\$ 3.360,00
Monitor Cívico-Militar	6	R\$ 2.751,00
Coordenador de Serviços	6	R\$ 2.730,00
Coordenador Administrativo	6	R\$ 2.730,00
Chefe de Seção	16	R\$ 2.730,00
Assessor Especial	18	R\$ 2.190,00

§10 O cargo de Monitor Cívico-Militar é criado especificamente para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Fica inserido no anexo I da Lei nº 2.590, de 23 de janeiro de 2025 as atribuições do

cargo de Monitor Cívico Militar, constante no anexo I desta lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 19 de setembro de 2025

Luís Henrique Kittel
Prefeito Municipal

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO 024/2025

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 21 Lei Complementar nº 101-2000, e no parágrafo 1º e incisos do Art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer, considerando os seguintes dados:

FINALIDADE: Criar no quadro de cargos e funções que dispõe a Lei 735/1990: 06 (seis) cargos em comissão denominados Monitores Militares, com carga horária de 20 horas semanais.	2025	2026	2027
Pagamento de Salários	R\$ 59.155,74	R\$ 245.141,39	R\$ 253.721,34
Previdência Social	R\$ 13.852,14	R\$ 57.403,27	R\$ 59.412,38
Total	R\$ 73.007,88	R\$ 302.544,06	R\$ 313.133,72

Nas projeções para os exercícios de 2026 e 2027, considerou-se um reajuste, respectivamente, de 3,60% e 3,50%, em cada ano, conforme parâmetros dos Anexos de Metas Fiscais da LDO.

ORIGEM DOS RECURSOS

Recurso 1500	R\$ 73.007,88	R\$ 302.544,06	R\$ 313.133,72
Total	R\$ 73.007,88	R\$ 302.544,06	R\$ 313.133,72

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL (X) Adequada () Inadequada	A despesa objeto do presente estudo está prevista nas diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, Lei Municipal nº 2.241/2021. É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 nº 2.574/2024 e Lei Orçamentária Anual de 2025 nº 2.587/2024.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (X) Adequada () Inadequada	
Existe dotação orçamentária suficiente para atender as despesas decorrentes no orçamento do exercício de 2025.	

LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL

Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos 12 meses	R\$ 91.512.819,17
Gastos totais com pessoal acumulados nos últimos 12 meses	R\$ 44.614.819,73
Percentual de comprometimento atual de gastos com pessoal	48,75%

Agudo, 19 de setembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Eu, **Luís Henrique Kittel, Prefeito Municipal**, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do Art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e diante da estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro, DECLARO existir recursos suficientes para realizar a despesa no valor de **R\$ 73.007,88** (setenta e três mil, sete reais e oitenta e oito centavos) em 2025, conforme dotações orçamentárias:

Recurso 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Manutenção do Ensino Infantil/Pré-Escola

3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas -

Pessoal 3.1.90.13.00.00.00 – Obrigações Patronais

Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas -

Pessoal 3.1.90.13.00.00.00 – Obrigações Patronais

Estando adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Agudo, 19 de setembro de 2025.

LUÍS HENRIQUE KITTEL

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: MONITOR CÍVICO-MILITAR

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATRIBUIÇÕES: Os monitores cívico-militares, cargos preenchidos por militares da reserva terão atribuições de: Apoio na Disciplina e Ordem – Auxilia na manutenção da disciplina, do respeito e da hierarquia dentro da escola, seguindo os princípios do modelo cívico-militar. Ensina os movimentos de ordem unida, a correta utilização dos uniformes aos alunos. Conduz as formaturas diárias das turmas e formaturas gerais. Orientação dos Alunos – Atua como referência para os estudantes, ajudando na resolução de conflitos, incentivando valores como civismo, respeito, hierarquia, excelência e responsabilidade. Acompanhamento da conduta do aluno e atuar, preventivamente, no auxílio de comportamentos inadequados de maneira compatível com a idade dos discentes. Auxílio na Segurança e Organização – Colabora na organização das filas, horários de entrada e saída, além de apoiar na segurança do ambiente escolar. Assegura ao ambiente escolar, a entrada de pessoas no ambiente escolar, somente com autorização. Promoção de Atividades Cívicas e Educacionais – Apoia e incentiva eventos que reforcem valores cívicos, como ordem unida, hasteamento da bandeira, canto do hino nacional. Suporte às Aulas e Rotinas Escolares – Apoia a equipe pedagógica em atividades diárias através da garantia de um ambiente disciplinado e propício para o aprendizado. Orientação para cumprimento da pontualidade bem como assiduidade, para fins de inibir a evasão escolar. Orientação para o bom uso do uniforme e apresentação- Incentivo ao sentimento de pertencimento e inclusão escolar, contribuindo na vistoria e cobrança do bom uso do uniforme e boa apresentação pessoal. Apoio à gestão e professores- Orientação aos responsáveis quando necessário, juntamente com a equipe pedagógica, sobre as normas de conduta do aluno, mediante registro. A atuação do monitor cívico-militar deve ser alinhada com as diretrizes da escola e do programa Cívico-Militar, sempre respeitando a autonomia dos professores e a formação integral dos alunos.

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente, Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade criar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o cargo de Monitor Cívico-Militar, destinado a atuar nas escolas municipais que aderirem ao Programa de Escola Cívico-Militar Municipal (PECiM), instituído por esta Administração.

A criação do referido cargo justifica-se pela necessidade de contar com profissionais devidamente preparados — oriundos da reserva das Forças Armadas ou das forças de segurança — para desempenhar funções de apoio à disciplina, à organização e à promoção dos valores cívicos no ambiente escolar, de forma integrada ao trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar.

Entre as atribuições do Monitor Cívico-Militar, destacam-se:

- Apoio na disciplina e ordem, auxiliando na manutenção do respeito, da hierarquia e da boa convivência;
- Orientação dos alunos, atuando como referência positiva e preventiva em situações de conflito e comportamento inadequado;
- Auxílio na segurança e organização do ambiente escolar, colaborando na entrada e saída de estudantes e no cumprimento das rotinas diárias;
- Promoção de atividades cívicas e educacionais, como formaturas, hasteamento da bandeira e incentivo ao civismo;
- Suporte às aulas e rotinas escolares, garantindo um ambiente propício para o aprendizado, fortalecendo a pontualidade, assiduidade e o sentimento de pertencimento dos alunos;
- Apoio à gestão e aos professores, em alinhamento com a equipe pedagógica, na orientação aos estudantes e responsáveis sobre normas de conduta e apresentação.

A criação destes cargos está em plena consonância com os objetivos do PECiM, que busca fortalecer a formação integral dos alunos, unindo princípios de civismo, disciplina e responsabilidade ao processo educacional. Importa ressaltar que a atuação dos monitores não substitui a função docente, mas a complementa, sempre respeitando a autonomia pedagógica e o papel dos professores.

Do ponto de vista administrativo, a medida contribuirá para reduzir a evasão escolar, melhorar a convivência no ambiente educacional e elevar os indicadores de qualidade da educação, consolidando o PECiM como um instrumento de apoio às políticas públicas já existentes.

Assim, diante da relevância da proposta, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Casa Legislativa, confiantes na sensibilidade dos nobres Vereadores quanto à sua

aprovação, por se tratar de medida que representa um avanço significativo na educação do nosso Município, confiando na sua aprovação em regime de urgência.

Luís Henrique Kittel
Prefeito Municipal